

O livro didático de filosofia em foco

Renato José de Oliveira¹⁰²

O presente trabalho é o resultado de uma pesquisa (OLIVEIRA, 2000) desenvolvida no período de agosto de 1998 a julho de 2000, com apoio do CNPq. O grupo de pesquisadores¹⁰³ analisou 20 livros (vide anexo 1), entre eles algumas traduções, voltados para o ensino médio de filosofia. Não foi feita nenhuma distinção entre a natureza didática ou paradidática dos livros, na medida em que os próprios autores não distinguem, em uma ou outra categoria, o público ao qual se dirigem. O critério utilizado para o levantamento das obras foi uma pesquisa informal, feita nas grandes livrarias do município do Rio de Janeiro, a qual rastreou, no período de março de 1998 a dezembro de 1999, os principais títulos colocados à disposição dos leitores.

Embora tenha sido constatada em muitos livros a carência de dados quanto à formação acadêmica dos autores (graduação e pós-graduação), foi possível apurar que a maior parte lecionava ou já tinha lecionado a disciplina em cursos de nível médio ou superior. No universo pesquisado, chamou-nos também a atenção o grande número de edições de obras como as de Maritain e Jolivet - livros com características de compêndios. Esse dado fornece, sem dúvida, uma indicação de que esses livros têm tido boa aceitação no mercado.

Além disso, o grande número de edições de um livro sucinto e objetivo como o *Trabalho dirigido de filosofia* (16 edições até o ano de 1998) foi também considerado um indicativo da grande difusão desse tipo de obra. Isso talvez se explique pela natureza do livro: os conteúdos são apresentados em textos resumidos que induzem o aluno às respostas consideradas corretas. Em termos teórico-metodológicos, a análise levada a cabo pelo grupo teve como referência principal a teoria da argumentação desenvolvida por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996). O eixo norteador da abordagem foi a argumentação do tipo *ad hominem*, que busca empreender uma crítica do ponto de vista da coerência interna da obra, salientando seus pontos fortes e fracos. Esse tipo de procedimento se distingue da argumentação *ad personam*, a qual qualifica ou desqualifica a obra em função de julgamentos prévios feitos acerca da pessoa do autor ou de suas convicções políticas, filosóficas, religiosas.

A pesquisa, cujo foco central foi o tratamento dado à ética e à moral, permitiu classificar os livros em três grupos: os que fazem uma abordagem preferencialmente por autores, os que privilegiam eixos temáticos (citando os filósofos apenas de maneira pontual) e os que, embora estruturados por temas, enfatizam as contribuições de determinados autores (abordagem mista). Naturalmente, cada tipo de abordagem tem

1 02 Professor adjunto do Departamento de Fundamentos da Educação - FE/Universidade do Brasil (UFRJ).

1 03 Participaram da pesquisa: Clara Lila Gonzalez de Araújo - mestra em Educação pela Universidade Católica de Brasília e ex-professora da mesma instituição; Nelma Ferreira dos Santos - licenciada em Física pela UFRJ e professora do Cefet-Campos, Unidade Macaé; Rita de Cássia de Souza e Silva - graduanda do curso de Pedagogia da UFRJ; Rita de Cássia de Araújo Pimenta - graduada em filosofia pela UFPI e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faced/UFRJ; Sônia Freire - mestra em educação pelo IESAE/FGV e professora aposentada do Colégio Pedro II; Wania Manso de Almeida mestra em Educação pela UFES e pedagoga do Cefet- Campos, Unidade Macaé.

elementos que a particularizam, todavia foi possível identificar lugares-comuns, que serão discutidos em seguida.

1. Os lugares-comuns dos livros de filosofia

Na maioria dos livros, independentemente do grupo, foi constatada a pequena incidência de extratos mais longos dos filósofos aos quais as obras se referem. Isso talvez se explique pelo fato de os autores dos livros didáticos julgarem a leitura das fontes originais uma tarefa árdua e desinteressante para o leitor, preferindo então expor o pensamento daqueles que estão focalizando. Na Apresentação à vigésima edição do livro de Jolivet, Prado de Mendonça, por exemplo, comenta: "O *curso de filosofia*, de R. Jolivet, tem a preocupação da doutrina e da formação. Expõe muito bem, e tira ainda conseqüências de ordem pedagógica, quando o assunto o permite, que auxiliam enormemente o trabalho do professor na sua tarefa de educador" (p. 6).

Na medida em que toda exposição das idéias de outrem não deixa de estar impregnada pela visão de mundo do expositor, a ausência de confronto entre a fala original do filósofo e a paráfrase feita pelo autor do livro faz que o leitor (professor, leigo ou aluno) fique preso a uma única versão daquele pensamento, considerada como palavra final e indiscutível. Se, por um lado, certas sistematizações e sínteses podem de fato facilitar a tarefa do professor e tornar a leitura menos árida para o leitor, por outro, muitas vezes reduzem a riqueza e a amplitude das concepções filosóficas tratadas, além de enquadrar os pensadores em moldes rígidos: realistas, idealistas, metafísicos, etc. Tudo isso acaba por difundir visões aligeiradas e mesmo preconceituosas acerca de muitos filósofos.

Outro lugar-comum é a inexistência ou a escassez de referências bibliográficas, o que acaba por dificultar o acesso dos leitores às fontes originais. No *Curso de filosofia* (Jolivet), de 445 páginas (20. ed.), por exemplo, há um apêndice intitulado "Leituras" no qual são feitas referências a obras de história da filosofia, contudo apenas Tomás de Aquino e William James, dentre os filósofos citados, têm suas obras referenciadas de forma completa. Já no *Convite à filosofia* (Chauí), de 440 páginas (9.ed.), não há citação completa da obra de nenhum filósofo nem indicações bibliográficas de espécie alguma ao final do livro.

Um terceiro lugar-comum diz respeito ao tratamento conferido à ética e à moral. Estas, em geral, não são situadas como processos ou construções humanas que sofrem mudanças no curso da história, mas preferencialmente como sistemas absolutos, estáticos, cujos princípios são sempre universais e estabelecidos para todo o sempre. A concepção predominante é a de que determinados valores - como o Bem e o Justo - devem nortear o estabelecimento dos princípios éticos e dos juízos formados a partir deles. Quanto a isso, cabe dizer que os valores abstratos, como frisam Perelman e Olbrechts-Tyteca (op. cit.), são sempre objeto de concordância porque não explicitam os conteúdos concretos aos quais se referem. Em outras palavras, não se fala em concepções do Bem e do Justo histórica e socialmente constituídas, ou seja, geradas a partir do embate de interesses entre os homens, mas em um Bem e em um Justo genéricos, aos quais ninguém tem restrições.

Como no discurso dos livros didáticos, em geral, as fronteiras entre o ético e o não-ético se acham bem estabelecidas e fixadas a partir da clássica dicotomia entre o Bem e o Mal. Mesmo nas obras mais recentes (escritas nos últimos dez anos), a discussão de

problemas atuais (aborto, eutanásia, aumento da violência nos grandes centros urbanos) ou é deixada de lado ou é conduzida de forma maniqueísta, quase sempre dogmática. Contudo, se entendemos que o homem se humaniza à medida que assume a alteridade e a diferença como elementos fundamentais na construção da relacionalidade, todo discurso dogmático, alicerçado sobre valores abstratos e princípios imutáveis, acaba por cumprir a função de aprofundar o hiato existente entre as concepções de certo e de errado dominantes. O certo é constituído à imagem e semelhança do homem branco, ocidental, cristão, enquanto o errado compreende tudo aquilo que se afasta de tal imagem. Não é, portanto, fortuito o uso das imagens do anjo (representação do Bem) e do demônio (representação do Mal) na caracterização das "forças" que agem sobre o homem, como ocorre, por exemplo, no livro *Um outro olhar* (Souza).

A padronização dos livros didáticos, seja pela ausência de diálogo mais efetivo com os filósofos, pela falta de incentivo à pesquisa em fontes originais ou mesmo pelo tratamento conferido à ética e à moral, remete a reflexão para um plano mais geral, no qual a própria escola se insere: o plano da homogeneização cultural. Sobre esse ponto, Canen (1997, p. 479), assinala que

nossa escola tem sido voltada para a homogeneização cultural, tanto nos conteúdos veiculados como nas formas pelas quais tais conteúdos são trazidos a nossos alunos. Trabalha-se com padrões culturais dominantes - a cultura oficial - sem que se busque identificar esta mesma cultura oficial como uma seleção possível, mas certamente não a única, no espectro de padrões culturais da sociedade.

A escola homogeneizadora é um legado da modernidade, tendo em Comênio um dos seus principais defensores. Na visão comeniana, tal como é apresentada na *Didática magna*, a escola seria uma "oficina de homens" cujo modelo inspirador eram as manufaturas que substituíam com vantagem o trabalho individual do antigo artesão pelo trabalho coletivo dos empregados assalariados. A metáfora em jogo busca convencer o auditório de que a qualidade e a eficiência dos produtos fabricados pelas manufaturas modernas poderiam também ser obtidas na escola, desde que os métodos pedagógicos fossem homogêneos. Para o autor, os livros didáticos se apresentariam como recurso fundamental nesse processo de homogeneização: deveriam ser os mesmos em todas as escolas, sendo recomendado, inclusive, que coincidissem não só com respeito aos conteúdos, mas também no número de páginas e de linhas (COMÊNIO, 1997, p. 218). Além disso, ele previa que "os livros didáticos serão de dois tipos: os relativos às coisas (reais) para os estudantes e os informativos para os professores, para que estes sejam capazes de usar os primeiros com rapidez e perfeição" (ibid., p. 365-366).

Com Comênio, a escola assume francamente a responsabilidade de formar o homem no sentido literal da palavra: colocá-lo em uma forma, em um molde adequado que o prepare para o mercado comprador, isto é, para a sociedade moderna. Sem dúvida, hoje em dia os tempos são outros e a educação escolar sofreu influências diversas. Entretanto, a matriz de que existe um cliente, a sociedade capitalista, cujos padrões de qualidade exigidos da escola são bem conhecidos,¹⁰⁴ permanece. Em vista disso, cabe perguntar: na medida em que os livros didáticos são mercadorias cuja boa vendagem depende da conformação a tais exigências, não seria essa uma das razões pelas quais os autores dificilmente buscam inovações?

1 04 Sem receio de estar incorrendo em anacronismo, é factível dizer que tais exigências seguem sendo as postuladas por Comênio: rapidez e eficiência, medidas pela boa aceitação do "produto acabado" (o homem) no mercado profissional.

2. A abordagem por autores

Embora no universo pesquisado esse tipo de abordagem tenha sido característica em apenas três títulos - *Textos básicos de filosofia* (Marcondes), *Filosofia para principiantes* (Osborne) e *Curso de filosofia* (Rezende, org.) -, foi possível levantar alguns elementos significativos.

A primeira obra citada apresenta o inegável mérito de fugir aos lugares-comuns da falta de citações e de referências às fontes originais, fazendo uma abordagem da filosofia a partir de textos de pensadores selecionados, os quais são fornecidos após exposição resumida de suas concepções. Esse formato é interessante porque, entre outras coisas, permite ao leitor fazer um julgamento da exposição das idéias por meio do confronto com a fala original, avaliando até que ponto as considerações feitas procedem ou não. Veja-se, por exemplo, o caso de Nietzsche. Em dado momento, Marcondes comenta que ele fez "uma análise devastadora da moral tradicional que considera baseada na culpa e no ressentimento" (p. 139). Embora a afirmação seja consistente, os extratos selecionados não permitem ao leitor que desconhece o conjunto da obra nietzschiana chegar a uma conclusão tão enfática. Em vista disso, para compreender por que o filósofo alemão critica a moral baseada no sentimento de culpa, é preciso buscar mais além, ampliar o leque de leituras, pesquisar.

Um ponto fraco do livro é, naturalmente, deixar lacunas ao buscar fazer uma história da filosofia a partir de seus representantes mais eminentes. Não só é muito difícil cobrir séculos de pensamento em um número limitado de páginas, como também toda seleção, por mais criteriosa que pretenda ser, traz sempre consigo as preferências do autor, as quais acabam por definir quem é mais importante do que quem. Nessa disputa, alguns nunca são esquecidos, ao passo que outros jamais serão lembrados. Comparando os livros de Marcondes e de Rezende em termos dos filósofos contemplados, foram encontradas treze coincidências em dezesseis capítulos (pré-socráticos, Platão, Aristóteles, Agostinho, Tomás de Aquino, Descartes, Hume, Kant, Hegel, Marx, Nietzsche, Sartre e Wittgenstein). Isso, sem dúvida, é bastante significativo, deixando transparecer que aquilo que consiste em apenas um percurso histórico possível acaba sendo eleito como história oficial da filosofia.

Naquilo em que as obras acima citadas apresentam limitações, a de Osborne busca avançar, focalizando pensadores geralmente negligenciados. Assim, as referências a Frege, Gödel, Peirce, Rawls, Derrida e outros compõem uma história da filosofia menos previsível e menos linear, permitindo ao leitor o contato com a sinuosidade própria das idéias filosóficas. Entretanto, o recurso à técnica da história em quadrinhos - instigação do olhar, exploração das relações entre palavra e imagem, simulação de movimento e dinamismo por meio de sonorizações visuais pelo apelo a certos símbolos, etc. - apresenta vantagens e limitações, sobretudo quando aplicadas com intenções didático-pedagógicas. Se, por um lado, transmite de imediato a mensagem, desmistificando-a pelo humor e pela ironia, por outro, reduz o tempo (e o espaço) de leitura do texto escrito, atividade fundamental no ensino da filosofia.

Quanto ao conteúdo, há equívocos indesculpáveis, como, por exemplo, a referência ao uso, pelos sofistas, em suas controvérsias, de "argumentos deturpados" (p. 17). Também servem de exemplos a identificação da Idade Média à "Idade das Trevas" (com maiúsculas, às pp. 46 e 53) e comentários tendenciosos, como o relativo ao advento do cristianismo, cujos "ingredientes originais" foram: "um carpinteiro obscuro, uma virgem e

um burro" (p. 53). Pode-se observar, enfim, que, além do inevitável empobrecimento das concepções dos autores contemplados, Osborne também faz uso de estereótipos de duvidosa validade pedagógica. Quais vantagens teria, por exemplo, o professor que, seguindo os passos do livro, vestisse Nietzsche com a roupa do super-homem, atribuísse a Jesus Cristo características de *superstar* e representasse a filosofia moral de Marco Aurélio como *heavy metal*?

Tomando-se especificamente o primeiro exemplo, pode-se dizer que, além da impropriedade caracterizada pelo fato de Nietzsche ter sido um homem de saúde precária, sabe-se que o seu conceito de super-homem nada tem em comum com o herói das HQ e dos seriados de televisão. Enquanto este encarna os valores da sociedade norte-americana, sendo o paladino de um determinado modelo de justiça universalizado como imagem do Bem, o super-homem nietzschiano pretende estar além do Bem e do Mal. Sua força emana exatamente do fato de ter conseguido superar as dicotomias impostas pela moral tradicional, que para Nietzsche é a moral dos fracos, expressa pelo chamado *comportamento de rebanho*.¹⁰⁵

Na medida em que textos fartamente ilustrados e recheados de expressões tomadas de empréstimo ao cotidiano trazem problemas, o leitor pode optar por trabalhos que sigam uma orientação tradicional, ou seja, reúnam ensaios de professores e/ ou filósofos que busquem expor os conceitos filosóficos em linguagem acessível, porém não banalizada. Tal é a tônica do livro de Rezende, composto de dezesseis capítulos escritos por autores diferentes. Além das questões propostas ao leitor, próprias às obras de cunho didático, há no fim de cada capítulo um vocabulário em que figuram palavras-chave (na verdade, conceitos filosóficos principais) seguidas de sucinta explicação. Os textos apresentam, em geral, citações não pontuais dos filósofos focalizados, o que sem dúvida permite ao leitor um contato menos superficial com o que está sendo desenvolvido. Completam a obra um glossário final de termos filosóficos e um índice onomástico remissivo, que podem ser destacados como pontos positivos.

Nas orelhas do livro (capa e contracapa, 7. ed.), é afirmado:

(...) o espírito filosófico não se pode formar senão pelo contato direto com as filosofias e com os filósofos. Aqui, eles são apresentados historicamente e na ordem de sua aparição cronológica. O estudo histórico tem a vantagem de ser menos "dogmático" que o estudo temático, e de mais simples exposição pedagógica.

Cabe observar que um estudo histórico pode ser profundamente tendencioso e dogmático, assim como um estudo temático pode ser aberto e substancialmente crítico. O dogmatismo existirá na medida em que não houver espaço para um diálogo que busque explorar as várias nuances de determinado assunto sem ter o compromisso de apontar uma verdade acabada.

3. A abordagem por eixos temáticos

Nesse grupo foi possível enquadrar oito títulos, dos quais três serão aqui destacados. *Ética e cidadania* - caminhos da filosofia (GALLO, org.) é um livro que busca estabelecer relações mais próximas entre os objetos da filosofia e as situações cotidianas. A obra é composta por onze unidades, escritas por autores diferentes, que

1 05 Tal comportamento é condenado por Nietzsche pelo fato de se permitir que o indivíduo seja "forte" quando está oculto no seio da massa. O autor execra esse modelo de força assentado sobre a passividade e a subserviência.

tratam de variados temas. Um ponto a destacar é a inclusão, no final do livro, de uma bibliografia não muito extensa, contendo as referências aos filósofos citados e às obras de apoio consultadas. Cada unidade é iniciada por um pequeno texto que procura retratar uma situação cotidiana, a partir da qual determinada temática filosófica será desenvolvida. Encerrando as discussões, são colocados textos complementares e sugestões de atividades, leituras adicionais e filmes. A estruturação do livro busca, portanto, permitir a mediação didática entre o conhecimento filosófico e o conhecimento a ser produzido em sala de aula.

Tomando como exemplo a unidade 5 (Ética e Civilização), cabe ressaltar a oportuna escolha do tema introdutório: felicidade. A abordagem é desenvolvida a partir da suposta compra de um livro cujo título seria *Você pode ser feliz: é fácil!* A compradora hipotética fica exultante e plenamente convencida de que aquela leitura mudará sua vida. A discussão que se segue gira, então, em torno do que é felicidade. Para iniciá-la, é fornecida uma definição de ética: "parte da filosofia que se dedica a pensar as ações humanas e seus fundamentos" (p. 54). O texto se reporta então a Aristóteles, caracterizando a felicidade como a busca do bem, que, no entanto, não é concebido de forma igual por todas as pessoas. Há concordância com o pensamento do filósofo, o qual é complementado com a alusão às criações humanas (religião, filosofia e ciência), historicamente situadas, que objetivam a concretização desse fim. Observa-se, então, o estabelecimento de um diálogo entre a visão aristotélica e a visão do autor do capítulo.

Referindo-se à distinção, feita por Aristóteles, entre as partes racional e irracional da alma, o texto expõe as concepções deste acerca das ações humanas: toda ação é motivada por um desejo, mas concretizada (ou não) após um processo de escolha (deliberação) no qual a razão é soberana: "a razão guia, conduz o desejo ao encontro de seu objeto" (p. 55). Em seguida, é dito que os motivos são *sempre* emocionais, enquanto as escolhas, racionais. Observa-se aí certa rigidez na definição de papéis: o homem parece compartimentado, irreversivelmente dividido entre desejo e razão, como se não existissem ações conduzidas por "misturas" nas quais os elementos passionais e racionais se acham tão entrelaçados que se torna impossível separá-los. A rigidez mencionada pode ser compreendida como argumento preparatório para a definição da liberdade como "capacidade racional de realizar escolhas" (ibid.), a qual, entretanto, não é a única possível. Assim, seria importante que algum tipo de contraponto tivesse sido fornecido.

O *Curso de filosofia* (Jolivet), já citado anteriormente, apresenta três partes: Livro Primeiro (lógica), Livro Segundo (filosofia especulativa) e Livro Terceiro (filosofia prática). Este último divide-se em duas partes: filosofia da arte e moral.

Pode-se observar a explicitação da posição política quando, na parte sobre a moral social, o autor critica o socialismo, optando pelo capitalismo e defendendo, entre outros princípios, a propriedade privada como direito natural (p. 418) e a legitimidade da colonização - com base "no dever de caridade, que incumbe as sociedades civilizadas de fazer penetrar, nos países material e moralmente inferiores, os benefícios da civilização" (p. 424). Na medida em que adota tais pontos de vista, o livro assume claramente caráter doutrinário, ficando, portanto, muito longe de constituir uma obra aberta ao diálogo. Assim, limita o potencial de formação do senso crítico que a filosofia pode/deve ter, em especial quando se destina à educação de adolescentes. Certamente, por isso, os exemplos apresentados nunca são contextualizados e a solução dos conflitos fica sempre relegada à submissão à regra moral de valor universal e/ou à autoridade imediata que a

representa.

De todo modo, não se pode deixar de atribuir certo valor didático ao livro de Jolivet, uma vez que a organização dos assuntos, apesar de linear, é objetiva. Apresenta também um bom nível de abrangência e profundidade dos temas, sendo os conteúdos dispostos de maneira clara.

Filosofia para não filósofos (Jacquard) propõe-se a aliar filosofia e ciência. Está estruturada em forma de diálogo entre uma professora de filosofia, Huguette Planès, e o autor do livro, o geneticista Albert Jacquard, que representa o cientista. O diálogo, entretanto, é limitado, já que está restrito às perguntas da professora ao autor, não havendo menção a outras opiniões divergentes. O livro pode ser compreendido como um abecedário, com perguntas e respostas, cujos temas introduzidos por cada letra foram escolhidos aleatoriamente.

Na letra "e", por exemplo, o tema ética é desenvolvido por Jacquard no sentido de definir um núcleo moral comum a todas as culturas de todas as civilizações em função da mundialização das trocas, tanto culturais quanto mercantis. A diversidade, fonte de riquezas para todos, deve ser preservada, mas algumas regras precisam ser admitidas e respeitadas por todos os habitantes da Terra. O autor situa como componente essencial desse núcleo comum a fórmula de Kant - o outro não pode ser considerado um meio, mas um fim. Defende a ética centrada no indivíduo, no cumprimento do dever, da lei, independente das forças divinas.

Embora não se mostre defensor de uma moral universalista, acredita ser possível estabelecer um tronco comum entre as diversas morais existentes no mundo. Esse tronco comum deveria ter como fundamento a lucidez que emana do pensamento científico, já que a ciência une as culturas pelo rigor. É nesse campo que se deveriam buscar as soluções para os problemas da humanidade. Percebe-se aí a clara posição científicista assumida pelo autor, a qual, na ausência de contrapontos à decantada "lucidez da ciência", acaba por tornar-se dogmática.

Em síntese, o livro não se mostra adequado como texto didático. Apesar de estruturado em forma de diálogo, o texto não apresenta questões para debate e confronto de idéias, indispensáveis ao processo de construção do conhecimento filosófico.

4. A abordagem mista

A maior parte dos livros analisados (onze títulos) caracteriza-se por apresentar uma abordagem que, embora siga uma orientação temática na estruturação dos capítulos, confere destaque especial a alguns pensadores. Por essa razão, nós a diferenciamos do segundo tipo, em que as referências aos filósofos são mais pontuais. A exemplo do que foi feito nos tópicos anteriores, serão comentados três livros.

O *Convite à filosofia* (Chauí) desenvolve alguns temas fundamentais - razão, verdade, conhecimento, lógica, metafísica, ciências, cultura, o sagrado, a ética, a liberdade, a política. A autora busca trilhar um caminho que leve a "abandonar a ingenuidade e os preconceitos do senso comum"; a não se submeter às idéias dominantes e aos poderes estabelecidos; a procurar "compreender a significação do mundo, da cultura, da história"; a "conhecer o sentido das criações humanas nas artes, nas ciências e na política"; a ser

consciente de si mesmo e de suas ações numa prática que proporcione liberdade e felicidade para todos; para então constatar que "a filosofia é o mais útil de todos os saberes" (p. 18). Embora o termo *útil* dê margens a muitas interpretações, a argumentação desenvolvida por Chauí permite dizer que não se trata de emprestar à filosofia um sentido utilitarista, mas de realçar a importância da disciplina nos dias de hoje.

No que se refere ao estudo da ética, a autora apresenta uma breve evolução dos principais momentos de desenvolvimento das idéias na filosofia moral do Ocidente. Sem se prender a uma cronologia rigorosa, ora destaca as idéias originais de alguns filósofos, ora resume períodos históricos em suas principais características no que diz respeito à filosofia moral. Pode-se observar que é conferida atenção especial a Sócrates, a quem é atribuída a origem da ética ocidental. A importância de Sócrates é ter inaugurado a ética ao encontrar seu ponto de partida: a consciência do agente moral, ao definir o campo no qual valores e obrigações podem ser estabelecidos, ao se dirigir ao indivíduo e à sociedade.

O caráter didático do livro impõe, por sua vez, determinado tipo de abordagem e certas limitações que dificultam o cumprimento integral do roteiro proposto. Num total de 440 páginas, apenas 22 (p. 334-356) são diretamente dedicadas ao estudo da ética ou filosofia moral. Nessas páginas podem-se identificar duas partes: uma primeira em que a autora constrói os conceitos-chave que formam um instrumental teórico mínimo no campo da ética; e uma segunda parte dedicada à sua evolução, desde a Antiguidade, com Sócrates, até as correntes antirracionalistas que se inspiram em Nietzsche e outros filósofos do desconstrutivismo e/ou pós-modernismo. Essa evolução se desenvolve ora apoiada em filósofos considerados marcos referenciais teóricos, ora na caracterização dos momentos decisivos da história da filosofia moral no Ocidente.

Ao confrontar as idéias desses pensadores entre si, Chauí não se omite de uma avaliação pessoal, como, por exemplo, quando discute o confronto entre concepções racionalistas e antirracionalistas na ética, embora tal discussão não seja suficiente para explicitar os tipos de raciocínio usados pelos diferentes autores. Contudo, na medida em que sensibiliza o leitor com exemplos de situações cotidianas vivenciadas no campo da ética e expressas por meio do senso comum, a autora vai aos poucos expurgando as opiniões para construir um instrumental conceitual indispensável ao conhecimento da filosofia moral. Noções como "senso moral": "consciência moral": "juízo de fato", "juízo de valor", "naturalização" são bem explicitadas.

Elementos de filosofia: introdução geral à filosofia (Maritain) contém, além da introdução e da conclusão, dois grandes capítulos: I - Noções históricas, II - Divisão da filosofia. Neste, o autor apresenta, na seção III da Filosofia da prática, § 2 Filosofia do agir, a moral ou ética, definida como uma ciência prática que visa a alcançar o simples e puro bem do homem. É a ciência do "AGIR", a ciência dos atos humanos.

Para o autor, a ética permanece uma ciência prática essencialmente especulativa pelo seu objeto formal (atos humanos a serem conhecidos) e pelo seu modo de proceder (que consiste em resolver as verdades em seus princípios, não em mover para a ação). Em conformidade com a macroética greco-cristã, não cuida da aplicação dos princípios amplos a situações específicas. Segundo o autor, a virtude da prudência deve acompanhar a ordem moral, para que o homem possa julgar o ato a se cumprir e querer

aquilo que foi julgado bom. O prudente, como tal, quer sempre o bem.

Balizado pela visão cristã, o texto situa a filosofia tomista (moral da beatitude ou do soberano bem) como superior. Abaixo dela encontram-se os sistemas de moral que degradam o homem (o hedonismo, o epicurismo, o utilitarismo, etc.), para os quais o fim último do ser humano é algo criado, e os sistemas de moral que divinizam o homem porque colocam nele próprio o seu fim último (o estoicismo e o kantismo). A argumentação do autor no que tange a mostrar a "inferioridade" das outras filosofias em relação ao tomismo não é suficiente, de sorte que o enfoque adotado se torna profundamente dogmático.

Em termos didáticos, o livro de Maritain apresenta também alguns sérios problemas. Os recortes feitos nos conteúdos ou saberes a serem assimilados pelos leitores se mostram inadequados na medida em que tornam a organização do texto confusa. São apresentados parágrafos em caracteres diferentes para esclarecer as dificuldades do texto, além de indicações (asteriscos) que remetem, constantemente, a notas finais, para aprofundar o nível do conteúdo. Por isso pode-se dizer que a organização é confusa. Outro ponto negativo é a existência de muitas informações com terminologia específica (escolástica), de modo esquemático e descontextualizado. Não há, portanto, preocupação em desenvolver formas de mediação didática que problematizem o conteúdo apresentado e estimulem o debate e a reflexão dos leitores. Na verdade, o autor estabelece um monólogo e não um diálogo. Em consequência, induz à memorização.

O *Trabalho dirigido de filosofia* (Parisi/Cotrim) contém treze capítulos cujos títulos pretendem indicar os assuntos que serão tratados: "Introdução à filosofia", "A capacidade e os limites do conhecimento", etc. Os autores se utilizam de diversos desenhos ilustrativos e propõem, ao final dos capítulos, diferentes atividades de verificação da aprendizagem.

A ética é abordada no capítulo relativo à axiologia, no qual, inicialmente, é definido o que é valor. Mediante a técnica do estudo dirigido, é feito um comentário que contém a definição e, em seguida, formula-se uma questão com duas alternativas, uma das quais corresponde à resposta "*correta*" (conforme a definição dada). Comentários adicionais, reafirmando o que já havia sido colocado, são fornecidos na seqüência do texto.

Chamam a atenção a superficialidade e a pobreza argumentativa com que os assuntos são tratados. Os autores optam por apresentar definições sumárias sem estabelecer contrapontos, ou seja, nenhum tipo de diálogo entre opiniões divergentes é buscado. Quando os valores éticos são definidos, o bem moral é associado à caridade e à justiça, todavia estas não são problematizadas, o que leva a crer que são consideradas como universais cujo conteúdo concreto não precisa ser explicitado nem situado histórica e socialmente.

Os autores salientam que todo valor é suscetível à polarização, situando-se em um dos dois extremos: ou é visto como positivo ou como negativo. Embora observe que tal distinção é feita pelo sujeito, possibilitando o surgimento de apreciações diferentes para um mesmo valor, o texto frisa que este não pode ser simultaneamente positivo e negativo. Aqui há um evidente reducionismo, pois nada obriga o sujeito a possuir padrões rígidos com respeito aos valores que orientam sua existência e seu agir no mundo. Dito de outro modo, para os autores, o sujeito parece ter uma balança de escala fixa em que os valores são sempre pesados da mesma maneira, absolutizados em seus conteúdos: "ao bem

contrapõe-se o mal, ao melhor contrapõe-se o pior" (p. 189), conforme afirma o homem da gravura que ilustra essa parte do texto. Ademais, nenhuma gradação entre os pólos é sugerida, de sorte que o "positivo" e o "negativo" se configuram como referências únicas: não há, por exemplo, menção a um "mais" positivo ou a um "menos" negativo estabelecidos em função das circunstâncias experimentadas pelo sujeito e das suas relações com os demais seres humanos.

Finalmente, pode-se dizer que a linguagem utilizada é simples e direta, como convém a um "estudo dirigido". Todavia cabe questionar em que medida esse recurso de mediação didática não acaba por descaracterizar a discussão filosófica, reduzindo-a a um simples confronto entre sins e ãos a serem irreversivelmente escolhidos pelo estudante que preenche as lacunas.

5. Conclusões

As análises dos livros didáticos assumiram, naturalmente, o caráter de um discurso sobre discursos que não tinham como rebater as críticas apresentadas. Além disso, não tiveram também como aferir as interações entre o livro, o professor de filosofia e o aluno (leitor em geral), as quais, sem dúvida, permitem que haja reapropriações críticas dos discursos proferidos pelos autores.

A despeito dos problemas e das limitações inerentes a toda pesquisa, foi possível constatar que a ética é abordada pela quase totalidade dos livros,¹⁰⁶ seja como unidade temática, seja de forma fragmentada ao longo dos diversos assuntos apresentados. Sem dúvida, isso é significativo, tendo em vista a importância da ética como tema de reflexão para a formação do cidadão.

Cabe ressaltar, porém, que do ponto de vista do grupo de pesquisadores que desenvolveu a investigação à qual o presente artigo se reporta, as abordagens realizadas deixaram a desejar em uma série de aspectos, alguns dos quais foram aqui destacados. Entre estes, chama a atenção a carência de enfoques dialógicos, que permitissem aos docentes e discentes travar contato com textos originais de diferentes pensadores sobre um mesmo objeto temático (por exemplo, como vêem o problema da felicidade humana) e com as posições dos autores dos livros acerca deles. Tal carência, aliada à exposição sumária de conteúdos que induz o estudante a memorizar e depois a repetir conceitos e definições, é, sem dúvida, preocupante.

Uma sugestão para o enriquecimento do trabalho desenvolvido no ensino médio de filosofia é o incremento da publicação de obras paradidáticas que focalizem determinados temas (conhecimento, felicidade, cidadania, tolerância, pluralismo, violência, etc.), buscando fazer a articulação do pensamento dos filósofos com as questões mais candentes no mundo contemporâneo. Pequenos livros, de baixo custo, nos moldes do que foi a Coleção Primeiros Passos, podem auxiliar imensamente o trabalho dos professores. Podem suprir lacunas que os livros de filosofia têm infelizmente deixado abertas, quer pela homogeneidade de enfoque, quer, em alguns casos, pelo seu custo elevado.

Sem dúvida, escrever uma obra didática não é tarefa fácil, mas para os autores, vistos como oradores cujo objetivo maior é persuadir o auditório de leitores, fica sempre

1 06 A apenas o livro *Introdução à filosofia: aprendendo a pensar* não desenvolve discussões sobre questões éticas/morais.

o desafio de serem simples sem serem superficiais, de apostarem em construções originais em vez de se prenderem aos modelos homogeneizadores, de pensarem os livros mais em razão de quem os lê do que em função dos interesses ditados pelas editoras e pelo mercado.

Referências bibliográficas

CANEN, Ana. Formação de professores: diálogo das diferenças. *Ensaio: avaliação de políticas públicas educacionais*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 17, p. 477-494, out.-dec. 1997.

COMÊNIO, João Amos. *Didática magna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

OLIVEIRA, Renato José de (Coord.). Ética e humanização do homem: desafios para o ensino de filosofia no segundo grau. *Relatório de Pesquisa*. Rio de Janeiro, 2000.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS- TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Anexo I

Relação dos Livros Pesquisados

1. AUTOR: Cordi Santos e outros

TÍTULO: *Para filosofar*

EDITORA: Scipione

ANO: 1997 (9. ed.)

2. AUTOR: Gilberto Cotrim

TÍTULO: *Trabalho dirigido de filosofia*

EDITORA: Saraiva

ANO: 1996 (16. ed.)

3. AUTOR: Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins

TÍTULO: *Temas de filosofia*

EDITORA: Moderna

ANO: 1996 (1. ed.)

4. AUTOR: Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins

TÍTULO: *Filosofando: uma introdução à filosofia*

EDITORA: Moderna

ANO: 1996 (2. ed.)

5. AUTOR: José Auri Cunha

TÍTULO: *Filosofia*

EDITORA: Atual

ANO: 1992 (1. ed.)

6. AUTOR: Arcângelo Buzzzi

TÍTULO: *Filosofia para principiantes*

EDITORA: Vozes

ANO: 1994 (4. ed.)

7. AUTOR: Marilena Chaui

TÍTULO: *Convite à filosofia*

EDITORA: Ática

ANO: 1997 (8. ed.)

8. AUTOR: Gilberto Cotrim

TÍTULO: *Fundamentos de filosofia*

EDITORA: Saraiva

ANO: 1996 (11. ed.)

9. AUTOR: Leda Hühne (Org.)

TÍTULO: *Fazer filosofia*

EDITORA: Uapê

ANO: 1994 (2. ed.)

10. AUTOR: Henrique N. Neto

TÍTULO: *Filosofia básica*

EDITORA: Atual

ANO: 1986 (3. ed.)

11. AUTOR: Antonio Rezende (Org.)

TÍTULO: *Curso de filosofia*

EDITORA: Jorge Zahar

ANO: 1997 (7. ed.)

12. AUTOR: Maria Luiza Silveira Teles

TÍTULO: *Filosofia para jovens: uma iniciação à filosofia*

EDITORA: Vozes

ANO: 1996 (1. ed.)

13. AUTOR: Sonia Maria Ribeiro de Souza

TÍTULO: *Um outro olhar: filosofia*

EDITORA: FTD

ANO: 1995 (1. ed.)

14. AUTOR: Angélica Sátiro e Ana Miriam Wuensch

TÍTULO: *Pensando melhor: iniciação ao filosofar*

EDITORA: Saraiva

ANO: 1997 (1. ed.)

15. AUTOR: Régis Jolivet

TÍTULO: *Curso de filosofia*

EDITORA: Agir

ANO: 1998 (20. ed.)

16. AUTOR: Cipriano Carlos Luckesi e Elisete Silva Passos

TÍTULO: *Introdução à filosofia: aprendendo a pensar*

EDITORA: Cortez

ANO: 1996 (2. ed.)

17. AUTOR: Albert Jacquar

TÍTULO: *Filosofia para não-filósofos*

EDITORA: Campus

ANO: 1998 (2. ed.)

18. AUTOR: Jacques Maritain

TÍTULO: *Elementos de filosofia I: introdução geral à filosofia*

EDITORA: Agir

ANO: 1994 (17. ed.)

19. AUTOR: Richard Osborne

TÍTULO: *Filosofia para principiantes*

EDITORA: Objetiva

ANO: 1998

20. AUTOR: Silvio Gallo (Coord.)

TÍTULO: *Ética e cidadania: caminhos da filosofia*

EDITORA: Papirus

ANO: 1997

Referência: OLIVEIRA, Renato José. O livro didático de filosofia em foco. in:FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. MEC, SEMTEC,2004.